

**Integração Transmissora  
de Energia S.A.**  
**Demonstrações financeiras intermediárias  
em 31 de março de 2025  
e relatório de revisão**



## **Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias**

Aos Administradores e Acionistas  
Integração Transmissora de Energia S.A.

### **Introdução**

Revisamos o balanço patrimonial da Integração Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2 de 3



Integração Transmissora de Energia S.A.

## Outros assuntos

### **Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas e demonstrações financeiras intermediárias revisadas por outro auditor independente**

As demonstrações financeiras intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes: (i) ao resultado, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa do período de três meses findo em 31 de março de 2024, obtidas das demonstrações financeiras intermediárias do período findo nesta data, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 3.5, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras intermediária de 31 de março de 2024, apresentadas para fins de comparação; e (ii) ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024. A revisão das demonstrações financeiras intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2024, como preparadas originalmente, e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão sem ressalvas e, relatório de auditoria, com ressalvas em virtude do reconhecimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de valores de PIS e COFINS diferidos passivos de períodos anteriores em contrapartida do patrimônio líquido, em desacordo com os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com datas de 24 de maio de 2024 e 30 de abril de 2025, respectivamente.

Como parte de nossa revisão das demonstrações financeiras intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2025, revisamos também os ajustes descritos na Nota 3.5, que foram efetuados para alterar as informações financeiras constantes das demonstrações financeiras intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2025, apresentadas para fins de comparação. Com base em nossa revisão, nada chegou ao nosso conhecimento de que tais ajustes não são apropriados ou não foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2024 tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2025

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5

Bruno Guedes Monteiro  
Contador CRC 1RJ118070/O-0

**Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024****(Em milhares de reais – R\$)**

| <b>Ativo</b>  | <b>Nota</b> | <b>31/03/2025</b> | <b>31/12/2024</b> | <b>Passivo</b>                                    | <b>Nota</b> | <b>31/03/2025</b> | <b>31/12/2024</b> |
|---|-------------|-------------------|-------------------|---|-------------|-------------------|-------------------|
| <b>Circulante</b>                                     |             |                   |                   | <b>Circulante</b>                                 |             |                   |                   |
| Caixa e equivalentes de caixa                         | 4           | 17.569            | 3.851             | Fornecedores                                      | 7           | 9.974             | 5.443             |
| Aplicação Financeira                                  | 5           | 36.785            | 40.987            | Debêntures  | 9           | 382.722           | 56.387            |
| Contas a receber de concessionárias e permissionárias |             | 27.616            | 21.211            | Impostos e contribuições a recolher               | 10          | 2.041             | 1.659             |
| Serviços de P&D                                       |             | 2.352             | 3.490             | Encargos setoriais                                |             | 7.721             | 8.394             |
| Ativos da concessão - ativo de contrato               | 6           | 120.307           | 117.727           | Dividendos a pagar                                |             | 2.154             | 2.154             |
| Impostos a recuperar                                  | 8           | 7.060             | 12.861            | Obrigações e encargos sobre folha de pagamento    |             | 637               | 544               |
| Adiantamentos a fornecedores                          |             | 7.927             | 6.799             | Outros passivos circulantes                       |             | 664               | 657               |
| Depósitos judiciais                                   |             | 260               | 260               | <b>Total do passivo circulante</b>                |             | <b>405.913</b>    | <b>75.238</b>     |
| Outros créditos a receber                             |             | 447               | 407               |   |             |                   |                   |
| <b>Total do ativo circulante</b>                      |             | <b>220.323</b>    | <b>207.593</b>    | <b>Não circulante</b>                             |             |                   |                   |
| <b>Não circulante</b>                                 |             |                   |                   | Debêntures  | 9           | -                 | 334.458           |
| Impostos a receber                                    | 8           | 3.431             | -                 | PIS e COFINS diferidos                            | 11          | 79.999            | 79.345            |
| Ativos da concessão - ativo de contrato               | 6           | 744.549           | 740.057           | Imposto de renda e contribuições social diferidos | 10          | 142.145           | 137.975           |
| Depósitos judiciais                                   |             | 32                | 32                | Encargos setoriais                                |             | 266               | 266               |
| Imobilizado   |             | 422               | 242               | Provisão para Contingência                        | 12          | 21                | 21                |
| <b>Total do ativo não circulante</b>                  |             | <b>748.434</b>    | <b>740.331</b>    | Outros passivos não circulantes                   |             | 9.192             | 9.329             |
|   |             |                   |                   | <b>Total do passivo não circulante</b>            |             | <b>231.623</b>    | <b>561.394</b>    |
|   |             |                   |                   | <b>Patrimônio líquido</b>                         |             |                   |                   |
|   |             |                   |                   | Capital social                                    | 13          | 158.790           | 143.790           |
|   |             |                   |                   | Reserva legal                                     |             | 2.493             | 2.493             |
|   |             |                   |                   | Reservas de lucros                                |             | 76.734            | 76.734            |
|   |             |                   |                   | Reserva de incentivo fiscal - SUDENE              |             | 10.820            | 10.820            |
|   |             |                   |                   | Reserva de investimentos                          |             | 77.455            | 77.455            |
|   |             |                   |                   | Lucros Acumulados                                 |             | 4.929             | -                 |
|   |             |                   |                   | <b>Total do patrimônio líquido</b>                |             | <b>331.221</b>    | <b>311.292</b>    |
| <b>Total do ativo</b>                                 |             | <b>968.757</b>    | <b>947.924</b>    | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>      |             | <b>968.757</b>    | <b>947.924</b>    |

**Demonstrações do Resultado do Exercício em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024.**  
**(Em milhares de reais - R\$)**

|   | <u>Nota</u> | <u>31/03/2025</u>   | <u>31/03/2024</u>   |
|---|-------------|---------------------|---------------------|
| Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas | 14          | 2.596               | 4.095               |
| Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida                               | 14          | <u>32.345</u>       | <u>23.149</u>       |
| Receita operacional líquida   |             | 34.941              | 27.244              |
| Custo dos serviços prestados  | 15          | (12.777)            | (9.702)             |
| <b>LUCRO BRUTO</b>  |             | <u>22.164</u>       | <u>17.542</u>       |
| Despesas gerais e administrativas   | 15          | (1.167)             | (742)               |
| Outras Despesas operacionais  |             | <u>-</u>            | <u>(13)</u>         |
| Total de despesas operacionais  |             | (1.167)             | (755)               |
| <b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO</b>             |             | 20.997              | 16.787              |
| Receitas financeiras  | 16          | 1.538               | 4.644               |
| Despesas financeiras  | 16          | <u>(13.556)</u>     | <u>(16.194)</u>     |
| Resultado financeiro  |             | (12.018)            | (11.550)            |
| <b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>                     |             | 8.979               | 5.237               |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes                                  | 10          | 120                 | (314)               |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos                                  | 10          | (4.170)             | (1.722)             |
| Impostos sobre o lucro  | 10          | (4.050)             | (2.036)             |
| <b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>   |             | <u><u>4.929</u></u> | <u><u>3.201</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024**  
**(Em milhares de reais)**

|                                     | <u>31/03/2025</u>   | <u>31/03/2024</u>   |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Lucro líquido do período            | <u>4.929</u>        | <u>3.201</u>        |
| <b>Total resultados abrangentes</b> | <b><u>4.929</u></b> | <b><u>3.201</u></b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

|   | Nota | Reservas de lucros |              |                              |                    |                                       |                                 | Total        |                   |
|---|------|--------------------|--------------|------------------------------|--------------------|---------------------------------------|---------------------------------|--------------|-------------------|
|   |      | Capital social     | Legal        | Reserva de lucros a realizar | Incentivos fiscais | Reserva para investimentos e expansão | Dividendos adicionais propostos |              | Lucros acumulados |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>               |      | <u>143.790</u>     | <u>1.952</u> | <u>68.352</u>                | <u>9.154</u>       | <u>77.455</u>                         | <u>-</u>                        | <u>-</u>     | <u>300.703</u>    |
| Ajuste de reapresentação (Nota 3.5)                   | 3.5  | -                  | 1.924        | 36.556                       | -                  | -                                     | -                               | -            | 38.481            |
| <b>Saldos em 1 de janeiro de 2024 (reapresentado)</b> |      | <u>143.790</u>     | <u>3.876</u> | <u>104.908</u>               | <u>9.154</u>       | <u>77.455</u>                         | <u>-</u>                        | <u>-</u>     | <u>339.184</u>    |
| Lucro líquido do período                              |      | -                  | -            | -                            | -                  | -                                     | -                               | <b>3.201</b> | 3.201             |
| <b>Saldos em 31 de março de 2024 (reapresentado)</b>  |      | <u>143.790</u>     | <u>3.876</u> | <u>104.908</u>               | <u>9.154</u>       | <u>77.455</u>                         | <u>-</u>                        | <u>3.201</u> | <u>342.385</u>    |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>               | 13   | <u>143.790</u>     | <u>2.493</u> | <u>76.734</u>                | <u>10.820</u>      | <u>77.455</u>                         | <u>-</u>                        | <u>-</u>     | <u>311.292</u>    |
| Aumento de capital social                             | 13   | 15.000             | -            | -                            | -                  | -                                     | -                               | -            | 15.000            |
| Lucro líquido do período                              |      | -                  | -            | -                            | -                  | -                                     | -                               | <b>4.929</b> | 4.929             |
| <b>Saldos em 31 de março de 2025</b>                  |      | <u>158.790</u>     | <u>2.493</u> | <u>76.734</u>                | <u>10.820</u>      | <u>77.455</u>                         | <u>-</u>                        | <u>4.929</u> | <u>331.221</u>    |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto em 31 de março de 2025 e em 31 de março de 2024****(Em milhares de reais)**

|  | <u>31/03/2025</u> | <u>31/03/2024</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>                              |                   |                   |
| <b>Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>                   | <b>8.979</b>      | 5.237             |
| <b>Ajuste para:</b>  |                   |                   |
| Amortização/Depreciação  | 7                 | 1                 |
| Outros   | -                 | -                 |
| Remuneração dos ativos de contrato   | <b>(35.642)</b>   | (23.510)          |
| Receita de operação e manutenção   | <b>(3.258)</b>    | (7.999)           |
| PIS e COFINS diferidos   | <b>654</b>        | (259)             |
| Encargos de dívidas e juros  | <b>13.089</b>     | 15.060            |
| Rendimentos de aplicações financeiras  | <b>(1.270)</b>    | (4.870)           |
|  | <b>(17.441)</b>   | (16.340)          |
| <b>Variações em:</b>   |                   |                   |
| Contas a receber de clientes   | <b>(6.405)</b>    | (1.414)           |
| Impostos e contribuições a recuperar   | <b>2.370</b>      | 4                 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar                             | -                 | (736)             |
| Ativos de contrato, líquido dos juros capitalizados                            | <b>31.828</b>     | 30.625            |
| Adiantamento a fornecedores  | <b>10</b>         | (974)             |
| Outros créditos a receber  | <b>(40)</b>       | 137               |
| Serviços próprios  | -                 | 1.843             |
| Fornecedores   | <b>4.531</b>      | 2.023             |
| Obrigações e encargos sobre folha de pagamento                                 | <b>93</b>         | 91                |
| Participações nos lucros   | -                 | (507)             |
| Incentivos fiscais   | <b>(137)</b>      | (744)             |
| Impostos e contribuições a recolher  | <b>502</b>        | 930               |
| Impostos e contribuição sobre o lucro a recolher                               | -                 | (313)             |
| Encargos setoriais   | <b>(673)</b>      | (1.475)           |
| Outras contas a pagar  | <b>7</b>          | (1.940)           |
| <b>Caixa líquido proveniente das (consumido pelas) atividades operacionais</b> | <b>14.645</b>     | 11.210            |
| Juros pagos de debêntures  | <b>(21.212)</b>   | -                 |
| <b>Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>          | <b>(6.567)</b>    | <b>11.210</b>     |

**Fluxo de caixa de atividades de investimento**

|  |                     |                      |
|--|---------------------|----------------------|
| Resgates (Aplicações) em aplicação financeira                    | 5.472               | 98.840               |
| Aquisição Imobilizado  | <u>(187)</u>        | <u>(1)</u>           |
| <b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento</b> | <b><u>5.285</u></b> | <b><u>98.839</u></b> |

**Fluxo de caixa de atividades de financiamento**

|  |                      |                 |
|--|----------------------|-----------------|
| Aumento de capital social                                      | <u>15.000</u>        | -               |
| <b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b> | <b><u>15.000</u></b> | <b><u>-</u></b> |

**Aumento em caixa e equivalentes de caixa**

|  |                      |                       |
|--|----------------------|-----------------------|
|  | <b><u>13.718</u></b> | <b><u>110.049</u></b> |
|--|----------------------|-----------------------|

|  |               |                |
|--|---------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 3.851         | 60.787         |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período    | <u>17.569</u> | <u>170.836</u> |

**Aumento em caixa e equivalentes de caixa**

|  |                      |                       |
|--|----------------------|-----------------------|
|  | <b><u>13.718</u></b> | <b><u>110.049</u></b> |
|--|----------------------|-----------------------|

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - INTESA  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Integração Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “INTESA”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 20 de dezembro de 2005, é controlada pela Infraestrutura e Energia Brasil S.A. (“IEB”) e controlada indireta da Verene Energia S.A baseada no Brasil e tem como controlador final, a Caisse de dépôt et placement du Québec (“CDPQ”) com sede no Canadá, e tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 01/2005 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), consistente na:

- (a) LT Colinas - Miracema, 500kV, circuito simples - 173km.
- (b) LT Miracema - Gurupi 500kV, circuito simples - 255 km.
- (c) LT Gurupi - Peixe 2, 500kV, circuito simples - 72 km.
- (d) LT Peixe 2 - Serra da Mesa 2, 500 kV, circuito simples - 195 km.
- (e) Subestações Peixe 2 e Serra 2.

A Companhia tem prazo de duração equivalente ao prazo do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

As informações básicas relacionadas ao Contrato de Concessão da Companhia são:

| <u>Número</u> | <u>Anos</u> | <u>Prazo</u> | <u>RAP 24/25</u> | <u>Índice Correção</u> |
|---------------|-------------|--------------|------------------|------------------------|
| 002/2006      | 30          | 04/2036      | R\$117.524       | IPCA                   |

A Receita Anual Permitida (RAP) é composta pelas remunerações das instalações objeto do Contrato de Concessão (citadas acima), e pelas instalações objeto de autorizações (reforços ou melhorias autorizadas pela ANEEL), conforme relação abaixo:

- REA nº 5.906/2016 - Substituição do banco de capacitores da subestação (SE) Peixe II.
- REA nº 6.259/2017 - Substituição do banco de capacitores da SE Miracema e Gurupi, e instalação reator de barra monofásico da SE Miracema.
- REA nº 7.761/2019 - Aquisição e instalação de dois conjuntos de baterias/retificadores de 48VCC independentes entre si para o sistema de Telecomunicações da SE Gurupi, Peixe 2 e Serra da Mesa 2, e chaveamento automático do banco de reatores de barra - RT8 da SE Miracema.

Conforme contrato de concessão, a partir do 16º ano de operação comercial (ciclo 2023/2024), a RAP sofreu uma redução de 50%.

### 1.1. Alteração do controle societário - compra e venda de ações

Em 1º de novembro de 2023, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de ações entre a Equatorial Energia S.A. (Vendedora) e a IEB (Compradora), com interveniência e anuência da CDPQ, por meio do qual as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da INTESA.

Em 21 de março de 2024, a Vendedora e a Compradora efetivaram o fechamento da operação, resultando na aquisição, pela Compradora, de 100% do capital social votante da Companhia.

### 1.2. Avaliação de continuidade operacional

Em 31 de março 2025, a Companhia apresentou passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$ 184.590 (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 138.229 de capital circulante positivo), em razão da reclassificação de dívida decorrente do não cumprimento do índice financeiro dívida líquida sobre o EBITDA conforme previsto nas escrituras das debêntures da 1ª e 2ª emissões e descrito na Nota 9.4.

Dentre as principais ações adotadas pela administração com relação a esse tema, estão:

- Foi realizado aumento do capital social da Companhia no 1º Trimestre de 2025, no montante de R\$ 15.000, de modo a aumentar a liquidez da Companhia.
- Agenda prevista de reuniões com determinados investidores detentores dos títulos de debêntures da Companhia, bem como preparação da convocação de assembleia de debenturistas da 1ª e 2ª emissões para a deliberação relativa ao não cumprimento de índice financeiro dívida líquida sobre o EBITDA previsto nas escrituras das debêntures da 1ª e 2ª emissões por 2 (dois) períodos consecutivos, quais sejam, 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025.

Adicionalmente, a Companhia ressalta que possui suporte financeiro do seu controlador indireto, Verene Energia S.A., que pretende garantir assistência financeira, através de empréstimo ou aporte de capital, de modo a garantir que a Companhia honre quaisquer de seus compromissos, incluindo os compromissos com seus credores, ainda que em um remoto cenário de não solução junto aos debenturistas.

## 2. CONTRATO DE CONCESSÃO

O Contrato de Concessão nº 02/2006 assinado entre a ANEEL e a Companhia, em 27 de abril de 2006, estabelece regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O Contrato de Concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 26 de abril de 2036, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1108/2012, com validade de 08 anos contados a partir de sua assinatura, tendo sido sua renovação requerida dentro do prazo mínimo estabelecido de 120 dias, antes do término da sua validade. O protocolo foi realizado na data de 27 de junho 2020, através da carta Intesa / Bsb / 052/2020. A licença de operação continua válida.

## 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas conforme o CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS®" (IFRS® Accounting Standards)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 15 de maio de 2025.

### 3.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

### 3.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

#### a) Ativo da Concessão e Contrato de Concessão:

i) Ativo de contrato: mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato é registrado em contrapartida à receita de construção, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.

O saldo do ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado a taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato é usualmente estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o poder concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos revisados. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia quanto à determinação da parcela mensal da RAP e parcela variável que deve remunerar a infraestrutura.

- ii) Contrato de Concessão: a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, os pronunciamentos técnicos CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

A Companhia adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelos investimentos não amortizados, considerando-se as taxas de depreciação e amortização da ANEEL, estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual contábil do ativo imobilizado.

- b) Receita de construção: durante a fase de construção dos ativos, a concessionária reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

Caso a concessionária realize mais de um serviço (por exemplo: serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração.

A Companhia considera um modelo de margem 0 (zero) para a construção. Para manter essa margem, adiciona os valores dos tributos PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social na receita de construção. Quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa no resultado do exercício.

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra, apurado por meio de documentação comprobatória do serviço prestado pelos fornecedores, em comparação com os custos de construção e instalação orçados.

- c) Provisão para riscos

As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras. Periodicamente, a Companhia revisita sua

avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações.

### 3.4. Políticas contábeis materiais

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### b) Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos pelos valores a receber de RAP faturadas conta os agentes concessionários e permissionários. O contas a receber de concessionárias e permissionárias se refere aos valores a receber decorrentes do contrato de concessão de serviços, correspondentes às obrigações de performance de (i) operação e manutenção e (ii) construção da linha de transmissão. Em relação à esta última obrigação, mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente àquele mês, torna-se um ativo financeiro e é transferida para o Contas a Receber, uma vez que apenas a passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

#### c) Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

#### Benefícios fiscais Sudam

Em 31 de dezembro de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 201/2018, que outorga à Intesa o direito de redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) sob a justificativa de modernização de empreendimento na área de atuação da SUDAM com o prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027.

d) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores referem-se, principalmente, às obrigações frente à empresa responsável pela construção do projeto e seus subcontratados.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo valor amortizado. Na prática, são normalmente reconhecidas correspondente ao valor da fatura.

e) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumidas, resultantes de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

f) Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data base do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após doze meses.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os impostos sobre a renda e contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, de acordo com apuração efetuada em regime fiscal para Lucro Presumido de incidência cumulativa, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

h) Programas de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

i) Patrimônio Líquido

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro básico e o diluído por ação são iguais.

j) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Compreendem principalmente as seguintes atividades:

- Receita financeira decorrente da remuneração do ativo da concessão (ativo de contrato). Esta receita é o produto da multiplicação da taxa implícita do projeto pelo saldo do ativo de contrato. À taxa implícita do projeto de 9,93% ao ano (0,79% ao mês), adiciona-se a inflação mensal incorrida, medida pelo índice IPCA, que reflete a correção monetária do ativo de contrato.
- Receita de construção das linhas de transmissão da concessão: Considerando que a maior parte desses serviços são realizados por construtoras terceirizadas a Companhia não apura margem de construção.
- Receita de operação e manutenção: Inicia-se a partir da entrada em operação e é reconhecida pelo valor justo em contrapartida ao contas a receber e de maneira suficiente para cobrir os custos operacionais.

## k) Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9, Instrumentos Financeiros, descreve os requerimentos para classificar e mensurar os ativos e passivos financeiros. Como regra geral, ativos e passivos financeiros devem ser mensurados inicialmente ao seu valor justo.

A mensuração subsequente dos ativos financeiros é baseada no modelo de negócios aplicável a eles e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. Dependendo dessas características, o ativo financeiro deve ser mensurado:

- Ao custo amortizado, pelo qual a receita do instrumento é calculada pelo método da taxa de juros efetivo. Enquadram-se nessa categoria os ativos financeiros que se pretenda manter para auferir fluxos de caixa provenientes exclusivamente de pagamentos de principal e juros.
- Ao valor justo, com atualizações registradas em outros resultados abrangentes. Nessa categoria estão ativos financeiros com fluxos de caixa também exclusivamente de capital e juros, mas que possam ser vendidos antes do vencimento.
- Ao valor justo, com atualizações registradas no resultado corrente, se não se qualificar em qualquer das categorias anteriores.

Como regra geral, após o reconhecimento inicial os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. São exceções, entre outros, os passivos com valor de liquidação flutuante, derivativos e a contraprestação contingente em uma aquisição de negócios, que devem ser mensurados ao valor justo, com as alterações reconhecidas no resultado.

Abaixo apresentamos as categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e ou passivos financeiros da Companhia.

#### Ativos e financeiros

##### (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (“VJR”)

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Todos os instrumentos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado estão demonstrados na nota explicativa nº 18.

##### (ii) Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Todos os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e estão demonstrados na nota explicativa nº 18.

#### Mensuração de ativos financeiros

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados no resultado. Os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas

decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados no resultado nas contas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no exercício em que ocorrem.

#### Passivos financeiros

(i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (“VJR”)

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras nessa classificação.

(ii) Custo amortizado

São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e encargos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Todos os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e estão demonstrados na nota explicativa nº 18.

#### *Baixa de passivos financeiros*

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

### 3.4.1 PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS NORMAS CONTÁBEIS

As práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as quais foram divulgadas em 30 de março de 2025 e devem ser lidas em conjunto com essas demonstrações financeiras intermediárias.

a) Novas normas, orientações e interpretações vigentes em 1º de janeiro de 2025

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, porém não houve impacto nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

| <u>Norma</u>   | <u>Alteração</u>          | <u>Vigência</u>    |
|--|---------------------------|--------------------|
| IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis | Falta de conversabilidade | 1º janeiro de 2025 |

b) Novas normas, orientações e interpretações ainda não vigentes

**Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras

**Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como ‘contracts referencing nature-dependent electricity’. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza

**IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia.

A adoção da IFRS 18 trará mudanças na forma de apresentação da demonstração do resultado e da demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia segue avaliando os efeitos da adoção da nova norma, mas, até o momento, não identifica impactos relevantes nas demais normas contábeis aplicáveis às suas demonstrações financeiras.

### 3.5 – REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Após o processo de aquisição da Companhia pela IEB, conforme descrito na Nota 1.1, a Administração identificou um erro nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e consequentemente nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2024 referente ao cálculo do PIS/COFINS diferidos passivos de períodos anteriores em contrapartida do patrimônio líquido de abertura (31 de dezembro de 2023).

Os reflexos desta reapresentação na Demonstração das mutações do patrimônio líquido, estão apresentados a seguir conforme prevê o CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro:

|   | Reservas de lucros |              |                              |                    |                                       |                   | Total          |
|---|--------------------|--------------|------------------------------|--------------------|---------------------------------------|-------------------|----------------|
|   | Capital social     | Legal        | Reserva de lucros a realizar | Incentivos fiscais | Reserva para investimentos e expansão | Lucros acumulados |                |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2023 (anteriormente divulgada)</b> | 143.790            | 1.952        | 68.352                       | 9.154              | 77.455                                | -                 | 300.703        |
| Ajuste de PIS/COFINS Diferido                                     | -                  | 1.924        | 36.556                       | -                  | -                                     | -                 | 38.481         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro e 2023 (reapresentado)</b>            | <b>143.790</b>     | <b>3.876</b> | <b>104.908</b>               | <b>9.154</b>       | <b>77.455</b>                         | -                 | <b>339.184</b> |
| <b>Saldos em 31 de março de 2024 (reapresentado)</b>              | <b>143.790</b>     | <b>3.876</b> | <b>104.908</b>               | <b>9.154</b>       | <b>77.455</b>                         | <b>3.201</b>      | <b>342.385</b> |

Não houve a necessidade de reapresentação das demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa do período findo em 31 de março de 2024, uma vez que não foram impactos nos períodos apresentados, assim como não houve a necessidade de reapresentação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024, uma vez que o referido ajuste foi identificado e reconhecido nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2024 e consequentemente em 31 de dezembro de 2024.

## 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

|  | <u>31/03/2025</u>    | <u>31/12/2024</u>   |
|--|----------------------|---------------------|
| Caixa e depósitos bancários à vista        | 110                  | 1.470               |
| <u>Equivalentes de caixa</u>               |                      |                     |
| Certificado de Depósito Bancário - CDB (a) | <u>17.459</u>        | <u>2.381</u>        |
| Total                                      | <u><u>17.569</u></u> | <u><u>3.851</u></u> |

(a) Os saldos de equivalentes de caixa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e a aplicações em fundos de CDBs em instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R3).

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2025 equivale a 100,31% a.a. do CDI (97% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

## 5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

|                        | <u>31/03/2025</u>    | <u>31/12/2024</u>    |
|------------------------|----------------------|----------------------|
| <u>Circulante</u>      |                      |                      |
| Fundos de Investimento | <u>36.785</u>        | <u>40.987</u>        |
| Total                  | <u><u>36.785</u></u> | <u><u>40.987</u></u> |

Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos públicos e operações compromissadas.

## 6 ATIVOS DA CONCESSÃO - ATIVO DE CONTRATO

Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

|   | <u>31/03/2025</u> | <u>31/03/2024</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2024 e 2023      | 857.784           | 875.343           |
| Receita de remuneração do ativo de contrato           | 35.642            | 23.510            |
| Realização do ativo de concessão (RAP líquida de O&M) | <u>(28.570)</u>   | <u>(22.626)</u>   |
| Saldo final em 31 de março de 2025 e 2024             | <u>864.856</u>    | <u>876.227</u>    |
| <br>  |                   |                   |
| Circulante  | 120.307           | 122.995           |
| Não circulante  | <u>744.549</u>    | <u>753.232</u>    |
| Saldo Total   | <u>864.856</u>    | <u>876.227</u>    |

## 7 FORNECEDORES

|                                  | <u>31/03/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Materiais e serviços (a)         | 9.974             | 5.443             |
| Partes relacionadas              | -                 | -                 |
| Encargos de uso da rede elétrica | -                 | -                 |
| Total                            | <u>9.974</u>      | <u>5.443</u>      |

- (a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão. O aumento no saldo de Materiais e Serviços deve-se às obrigações assumidas para a recuperação das estruturas das torres danificadas em janeiro de 2025.

## 8 IMPOSTOS A RECUPERAR

|                                   | <u>31/03/2025</u>    | <u>31/12/2024</u>    |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Imposto de Renda a recuperar (a)  | 9.041                | 11.468               |
| Contribuição Social Sobre o Lucro | 639                  | 592                  |
| Impostos Estaduais                | 536                  | 536                  |
| Demais impostos a recuperar       | 275                  | 265                  |
|                                   | <u><b>10.491</b></u> | <u><b>12.861</b></u> |
| Circulante                        | 7.060                | 12.861               |
| Não circulante                    | 3.431                | -                    |

- (a) Do valor total de 9.041 de imposto de renda a recuperar, 3.431 é referente ao ano de 2024 e classificado no circulante, pois poderá ser recuperado após o envio do ECF, conseqüentemente após 12 meses.

## 9 DEBÊNTURES

## 9.1. Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no período está demonstrada a seguir:

|                                 | <u>Passivo<br/>circulante</u> | <u>Passivo não<br/>circulante</u> | <u>Total</u>   |
|---------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 306.744                       | 193.427                           | 500.171        |
| Encargos                        | 13.964                        | 911                               | 14.875         |
| Transferência                   | (185.183)                     | 185.183                           | -              |
| Custo de captação (a)           | 185                           | -                                 | 185            |
| Saldo em 31 de março de 2024    | <u>135.710</u>                | <u>379.521</u>                    | <u>515.231</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 56.387                        | 334.458                           | 390.845        |
| Encargos                        | 13.089                        | -                                 | 13.089         |
| Transferência (b)               | 334.458                       | (334.458)                         | -              |
| Custo de captação (c)           | 102                           | -                                 | 102            |
| Pagamento de juros              | (21.314)                      | -                                 | (21.314)       |
| Saldo em 31 de março de 2025    | <u>382.722</u>                | <u>-</u>                          | <u>382.722</u> |

- (a) Em 13 de março de 2024, foi firmado o Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, onde ficou determinado o que segue:
- (i) R\$65.000 foram para serem amortizados em 01 de abril de 2024
  - (ii) O saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 3 (três) parcelas, sendo a primeira amortização em 29 de março de 2027, a segunda amortização em 29 de março de 2028 e a última amortização na Data de Vencimento da 1ª Série, em 29 de março de 2029, e corrigido por CDI + 1,30%.
- (b) O indicador Dívida Líquida/Ebitda apurado em 31/12/2024 e em 31/03/2025 foi de 4,9 e 4,7,

respectivamente. Desta forma, a Companhia não esteve dentro do limite estipulado nos contratos por dois trimestres consecutivos, o que configura um evento de vencimento antecipado não automático, podendo acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme item 9.4.

- (c) Refere-se à amortização do custo de transação/captação.

## 9.2. Características das debêntures

| Emissão | Característica das debêntures | Série | Valor da emissão | Custo nominal     | Data da emissão | Vencimento Final | 31/03/2025         |                        |         | 31/12/2024 |
|---------|-------------------------------|-------|------------------|-------------------|-----------------|------------------|--------------------|------------------------|---------|------------|
|         |                               |       |                  |                   |                 |                  | Passivo Circulante | Passivo não circulante | Total   | Total      |
| 1ª      | (1)/(2)/(3)                   | 1ª    | 100.000          | IPCA + 5,42% a.a. | nov/18          | out/25           | 48.575             | -                      | 48.575  | 46.819     |
| 2ª      | (1)/(2)/(3)                   | 1ª    | 250.000          | CDI + 1,30% a.a.  | mar/19          | mar/29           | 184.559            | -                      | 184.559 | 189.930    |
| 2ª      | (1)/(2)/(3)                   | 2ª    | 150.000          | CDI + 1,10% a.a.  | mar/19          | mar/26           | 149.588            | -                      | 149.588 | 154.096    |
|         |                               |       |                  |                   |                 |                  | 382.722            | -                      | 382.722 | 390.845    |

## Características das Debêntures

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (2) Não conversíveis em ações
- (3) Espécie Quirografária

A totalidade dos recursos obtidos da 1ª Emissão foram aplicados no custeio das despesas relativas ao aumento da capacidade dos Bancos de Capacitores Série da interligação Norte-Sul, de forma a eliminar a restrição de transferência de energia dos submercados Norte/Nordeste para o submercado Sudeste/Centro-Oeste. Já a totalidade dos recursos da 2ª Emissão foi destinada ao pré-pagamento da 2ª Série da 1ª Emissão de debêntures e gestão ordinária dos negócios da Companhia.

## 9.3. Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

| Vencimento                         | 31/03/2025 |      |
|------------------------------------|------------|------|
|                                    | Valor      | %    |
| Circulante                         | 198.163    | 52%  |
| 2026                               | -          | 38%  |
| 2027                               | 61.667     | 16%  |
| 2028                               | 61.667     | 16%  |
| Após 2028                          | 61.667     | 16%  |
| Subtotal                           | 185.000    | 48%  |
| Custo de captação (não circulante) | (441)      | 0%   |
| Não circulante                     | 184.559    | 86%  |
| Total                              | 382.722    | 100% |

## 9.4. Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem covenants não financeiros e financeiros cujo o não cumprimento durante o período de vigência poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia e os indicadores obtidos em 31 de março de 2025:

| Covenants debêntures                     | 1ª e 2ª Emissões |
|--|------------------|
| 1ª Dívida líquida/EBITDA ajustado < 4,5: | 4,8              |

O indicador acima obedece fidedignamente aos conceitos de dívida líquida e EBITDA ajustado, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados, em conformidade com as definições previstas nos contratos.

O indicador Dívida líquida/Ebitda apurado em 31 de dezembro de 2024 foi de 4,9. Desta forma, a Companhia não esteve dentro do limite estipulado nos contratos por dois trimestres consecutivos, o que configura um evento de vencimento antecipado não automático, podendo acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures.

A Companhia está em tratativa com os credores da 1ª e 2ª emissões, para que não haja o vencimento antecipado das Debêntures. Até a conclusão desta tratativa, o saldo em aberto da 1ª e 2ª emissões está mantido no circulante.

## 10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

## 10.1. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

|  |          |
|--|----------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023                    | 138.852  |
| Receita de remuneração do ativo de contrato        | 23.510   |
| (-) Receita ajustada para imposto diferido         | (18.445) |
| Base de cálculo do imposto diferido                | 5.065    |
| Alíquota do imposto de renda e contribuição social | 34%      |
| Resultado de IRP/CSLL em 31 de março de 2024       | 1.722    |
| <br>   |          |
| Saldo em 31 de março de 2024                       | 140.574  |
| <br>   |          |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024                    | 137.975  |
| Receita de remuneração do ativo de contrato        | 35.642   |
| (-) Receita ajustada para imposto diferido (a)     | (23.378) |
| Base de cálculo do imposto diferido                | 12.264   |
| Alíquota do imposto de renda e contribuição social | 34%      |
| Resultado de IRP/CSLL em 31 de março de 2025       | 4.170    |
| <br>   |          |
| Saldo em 31 de março de 2025                       | 142.145  |

(a) Valor apurado em 31 de março de 2025 através do cálculo descrito na Instrução Normativa 1700, art. 168 da seguinte forma:

|   |           |
|---|-----------|
| Valor total da receita financeira no fluxo do ativo de contrato (i) | 2.770.048 |
| RAP Recebida no ano (ii)  | 31.827    |
| Valor total a receber do contrato (iii)                             | 3.771.239 |
| Cálculo do % (ii/iii)   | 0,84%     |
| Receita a ser tributada (i)*(ii/iii)                                | 23.378    |

## 10.2. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024, está demonstrada conforme a seguir:

|                             | 31/03/2025 | 31/03/2024 |
|-----------------------------|------------|------------|
|                             | IRPJ /CSLL | IRPJ /CSLL |
| Lucro antes do IR e CSLL    | 8.979      | 5.238      |
| Alíquotas nominais vigentes | 34%        | 34%        |
| Pela alíquota fiscal        | 3.053      | 1.781      |

**Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:**

|  |                |                |
|--|----------------|----------------|
| Adições (exclusões) permanentes        | 997            | 165            |
| Prejuízo fiscal constituído no período | -              | 90             |
| IR/CS Corrente do período              | 120            | (314)          |
| IR/CS diferido no período              | (4.170)        | (1.722)        |
| IR E CSLL efetiva                      | <u>(4.050)</u> | <u>(2.036)</u> |
| Taxa Efetiva                           | 45,10%         | 39,87%         |

**11. PIS E COFINS DIFERIDOS**

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a movimentação dos saldos de PIS e COFINS diferidos estão apresentados da seguinte forma:

|  | <u>Passivo</u> |
|--|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado) (i) | 79.604         |
| Contrato de concessão (Amortização RAP)              | (2.434)        |
| Receita sobre Ativos Financeiros                     | <u>2.175</u>   |
| Saldos em 31 de março de 2024 (reapresentado) (i)    | <u>79.345</u>  |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024                     | 79.345         |
| Contrato de concessão (Amortização RAP)              | (2.643)        |
| Receita sobre Ativos Financeiros                     | <u>3.297</u>   |
| Saldos em 31 de março de 2025                        | <u>79.999</u>  |

- (i) Em junho de 2024, a Companhia identificou uma inconsistência no cálculo dos valores de PIS/COFINS diferidos passivos, a qual resultou em um ajuste de R\$38.480, que foi devidamente reapresentado, de acordo com a nota explicativa 3.5.

**12. CONTINGÊNCIAS**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais

Há uma provisão constituída, no valor de R\$ 21, referente a 1 processo de servidão cujo risco de perda é provável:

|       | <u>31/03/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|-------|-------------------|-------------------|
| Cível | <u>21</u>         | <u>21</u>         |
| Total | <u><u>21</u></u>  | <u><u>21</u></u>  |

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, classificou os processos em curso como possíveis, com valores atualizados com base em 31 de março de 2025 conforme dados apresentados na tabela abaixo:

|             | <u>31/03/2025</u>   | <u>31/12/2024</u> |
|-------------|---------------------|-------------------|
| Cível       | 191                 | 191               |
| Trabalhista | 9.336               | 16                |
| Fiscal      | <u>100</u>          | <u>103</u>        |
| Total       | <u><u>9.627</u></u> | <u><u>310</u></u> |

#### 12.1. Cíveis

Existem duas contingências cíveis, cuja probabilidade de perda em 31 de março de 2025 é avaliada como possível pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, para as quais 01 (um) processo de servidão administrativa não foi constituída provisão, no valor de R\$191 e 01 (um) processo de servidão administrativo no valor de R\$ 21, para o qual foi constituída provisão.

#### 12.2. Trabalhistas

Existem contingências trabalhistas, cuja probabilidade de perda em 31 de março de 2025, referente a 4 (quatro) processos de responsabilidade subsidiária, avaliada como possível pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia, e com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos. O valor envolvido é de R\$9.336, para as quais não foi constituída provisão. Ingresso, em 5 de março de 2025, de nova ação no valor de R\$ 9.000, cuja responsabilidade da Companhia é subsidiária, sendo a primeira reclamada uma empresa contratada da Companhia, que encontra-se ativa e devidamente representada no processo. Em caso de eventual condenação judicial, a responsabilidade pela quitação dos valores será integralmente suportada pela própria empresa, não recaindo qualquer ônus sobre a Companhia.

#### 12.3. Fiscais

Existe uma contingência fiscal, cuja probabilidade de perda em 31 de março de 2025 é avaliada como possível pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, no valor atualizado de R\$ 100 para as quais não foi constituída provisão, que discute a exigência de multa por atraso no pagamento de IRPJ e CSLL.

**13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****13.1. Capital Social**

Em 31 de março de 2025, o capital subscrito e integralizado é de R\$158.790 (Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito e integralizado era de R\$143.790).

Em 28 de março de 2025, a Assembleia deliberou o aumento do capital social pelo único acionista da Companhia, Infraestrutura e Energia Brasil S.A., no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), à conta de capital social da Companhia, mediante a emissão de 15.000.000 (quinze milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor unitário, todas idênticas às atualmente existentes, totalmente subscritas e integralizadas nesta data pelo único acionista da Companhia

Em 31 de março de 2025, o capital está representado por 185.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Infraestrutura e Energia Brasil S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

A composição do capital social subscrito da Companhia em 31 de março de 2025 é:

| Acionistas                           | 31/03/2025     |
|--------------------------------------|----------------|
| Infraestrutura e Energia Brasil S.A. | 158.790        |
| <b>Total</b>                         | <b>158.790</b> |

**13.2. Remuneração da Administração**

A partir do dia 21 de março de 2024, após a efetivação da compra da Companhia pela IEB, não houve remuneração da administração, que passou a ser remunerada diretamente pelos controladores.

**14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

|  | 31/03/2025     | 31/03/2024     |
|--|----------------|----------------|
| <u>Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas</u> |                |                |
| Receita de Operação e Manutenção   | 3.258          | 7.999          |
| Outras receitas (a)  | 696            | 879            |
|  | <u>3.954</u>   | <u>8.878</u>   |
| Deduções   |                |                |
| PIS/COFINS corrente  | (353)          | (2.887)        |
| ISS  | (6)            | (3)            |
| Encargos do consumidor (b)   | (999)          | (1.893)        |
|  | <u>(1.358)</u> | <u>(4.783)</u> |
| Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas        | <u>2.596</u>   | <u>4.095</u>   |
| Remuneração de ativos de contrato (c)  | 35.642         | 23.510         |
| PIS/COFINS diferidos   | <u>(3.297)</u> | <u>(361)</u>   |

|   | —                 |                   |
|---|-------------------|-------------------|
|   | <u>31/03/2025</u> | <u>31/03/2024</u> |
| Receita de remuneração de ativo de contrato, líquidas | <u>32.345</u>     | <u>23.149</u>     |
| Receita operacional líquida                           | <u>34.941</u>     | <u>27.244</u>     |

- (a) Contrato de Conexão às Instalações do Sistema de Transmissão (CCT) com a Enerpeixe S.A. assinados pelas partes em 2008.
- (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização e Conta de Desenvolvimento Energético.
- (c) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato.

15. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

|                                   | <u>31/03/2025</u> | <u>31/03/2024</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Custos dos serviços prestados     |                   |                   |
| Pessoal                           | (833)             | (861)             |
| Material                          | -                 | (568)             |
| Serviços de terceiros             | (9.789)           | (8.240)           |
| Arrendamento e aluguéis (a)       | (2.155)           | (32)              |
| Outros                            | -                 | (1)               |
| Total                             | <u>(12.777)</u>   | <u>(9.702)</u>    |
| <br>                              |                   |                   |
| Despesas gerais e administrativas | <u>31/03/2025</u> | <u>31/03/2024</u> |
| Pessoal                           | (277)             | (7)               |
| Material                          | -                 | -                 |
| Serviços de terceiros             | (278)             | (647)             |
| Arrendamento e aluguéis           | (16)              | (1)               |
| Outros                            | (596)             | (87)              |
| Total                             | <u>(1.167)</u>    | <u>(742)</u>      |

(a) Refere-se ao aluguel de equipamentos necessários para a recuperação das estruturas das torres danificadas em janeiro de 2025.

## 16. RESULTADO FINANCEIRO

|                                       | <u>31/03/2025</u> | <u>31/03/2024</u> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Rendimento de aplicações financeiras  | 1.270             | 4.870             |
| PIS/COFINS sobre receitas financeiras | (75)              | (227)             |
| Outras receitas financeiras           | <u>343</u>        | <u>1</u>          |
| Total de receitas financeiras         | <u>1.538</u>      | <u>4.644</u>      |
| Encargos da dívida                    | (13.089)          | (15.060)          |
| Outras despesas financeiras           | <u>(467)</u>      | <u>(1.134)</u>    |
| Total de despesas financeiras         | <u>(13.556)</u>   | <u>(16.194)</u>   |
| Saldo Final                           | <u>(12.018)</u>   | <u>(11.550)</u>   |

## 17. SEGUROS

As coberturas de seguro foram contratadas pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de março de 2025, a companhia é beneficiária das seguintes apólices de seguro:

|                            | <u>Vigência</u>         | <u>Limite máx.<br/>indenizável</u> |
|----------------------------|-------------------------|------------------------------------|
| Responsabilidade Civil (*) | 15/12/2024 a 15/12/2025 | 50.000                             |
| Riscos operacionais        | 20/03/2025 a 20/03/2026 | 159.965                            |

(\*) Esta apólice cobre as demais empresas do grupo Verene

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para eventuais sinistros considerando a natureza de suas atividades; para cobrir danos a terceiros, incluindo seus funcionários, além de seus bens tangíveis atrelados à concessão, inclusive as linhas de transmissão do projeto.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

## 18.1. Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é realizada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou de câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA ajustado.

#### 18.2. Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

#### 18.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Para o período findo em 31 de março de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

##### a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão identificados conforme a seguir:

| Ativo   | Nível | Categoria dos instrumentos financeiros | 31/03/2025    |               | 31/12/2024    |               |
|---|-------|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
|   |       |  | Contábil      | Mercado       | Contábil      | Mercado       |
| Caixa e equivalentes de caixa                         | 1     | Custo amortizado                       | 17.569        | 17.569        | 3.851         | 3.851         |
| Aplicação financeira                                  | 2     | Valor justo por meio do resultado      | 36.785        | 36.785        | 40.987        | 40.987        |
| Contas a receber de concessionárias e permissionárias | 1     | Custo amortizado                       | 27.616        | 27.616        | 21.211        | 21.211        |
|   |       |  | <u>81.969</u> | <u>81.969</u> | <u>66.048</u> | <u>66.048</u> |

| Passivo      | Nível | Categoria dos instrumentos financeiros | 31/03/2025     |                | 31/12/2024     |                |
|--------------|-------|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
|              |       |  | Contábil       | Mercado        | Contábil       | Mercado        |
| Fornecedores | 1     | Custo amortizado                       | 9.974          | 9.974          | 5.443          | 5.443          |
| Debêntures   | 1     | Custo amortizado                       | 382.721        | 387.497        | 390.845        | 396.052        |
|              |       |  | <u>392.695</u> | <u>397.471</u> | <u>396.288</u> | <u>401.495</u> |

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais.

Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos de investimento onde os vencimentos limitam-se a dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI.

Contas a receber de concessionárias e permissionárias - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável.

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado.

Debêntures - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3 S.A.

#### 18.4. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Para o período findo em 31 de março 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior.